



DIOGUINHO NAS NARRATIVAS POLICIAIS: UM FACÍNORA DE “CORPO FECHADO”

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3940

Nilce Camila de Carvalho, UEL

Resumo

Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido por Dioguinho, foi um bandido que atuou no interior paulista no final do século XIX. Seus crimes foram cometidos entre os anos de 1894 e 1897, a maioria de cunho político a mando dos poderosos coronéis da região que dominavam as pequenas vilas e cidades no contexto da cultura cafeeira. Dioguinho espalhava terror pelas cidades onde passava. Sua fama de bandido cruel e sanguinário percorreu toda a região de Ribeirão Preto alimentando a imaginação popular. Sobre a vida, crimes e aventuras de Dioguinho há cinco narrativas, escritas por delegados, jornalistas e folcloristas, algumas mesclam relatos orais e documentos escritos atribuindo certo enfoque local às descrições. Existem também filmes, cordéis, canções, entre outras produções. Uma das primeiras obras que representam Dioguinho foi escrita por Antônio de Godói, delegado encarregado pela perseguição do bandido em 1897. Dioguinho foi dado como morto nesse ano, porém seu corpo nunca foi encontrado. Em 1903, quando surgiram boatos acerca da sobrevivência do bandoleiro, Antônio de Godói publicou uma série de narrativas no jornal *Correio Paulistano* intitulada *Dioguinho vivo?* A partir da leitura dessas narrativas, posteriormente publicadas em livro, o objetivo desse artigo é analisar o modo como Dioguinho é representado e o quanto as características destacadas pelo delegado auxiliou na configuração da imagem lendária do bandoleiro também transmitidas oralmente. Considerando a posição de autoridade de Antônio de Godói, é imprescindível refletir sobre os usos do discurso na sustentação de posicionamentos políticos e na defesa de uma dicotomia entre sertão *versus* cidade.

Palavras Chave:

representação; bandido paulista; narrativas; discurso.

Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido por Dioguinho, foi um bandido que atuou no interior paulista no final do século XIX. Seus crimes foram cometidos entre os anos de 1894 e 1897, a maioria de cunho político a mando dos poderosos coronéis da região que dominavam as pequenas vilas e cidades no contexto da cultura cafeeira. Dioguinho espalhava terror pelas cidades onde passava. Sua fama de bandido cruel e sanguinário percorreu toda a região de Ribeirão Preto alimentando a imaginação popular.

Sobre a vida, crimes e aventuras de Dioguinho há cinco narrativas, escritas por delegados, jornalistas e folcloristas, algumas mesclam relatos orais e documentos escritos atribuindo certo enfoque local às descrições. Existem também filmes, cordéis, canções, entre outras produções. Uma das primeiras obras que representa Dioguinho foi escrita por Antônio de Godói, delegado encarregado pela perseguição do bandido em 1897. Dioguinho foi dado como morto nesse ano, porém seu corpo nunca foi encontrado.

Em 1903, quando surgiram boatos acerca da sobrevivência do bandoleiro, Antônio de Godói publicou uma série de narrativas no jornal *Correio Paulistano* intitulada *Dioguinho vivo?* A partir da leitura dessas narrativas, posteriormente publicadas em livro com o título *Dioguinho: narrativa de um cúmplice em dialecto* (1903), o objetivo é analisar o modo como Dioguinho foi representado e o quanto as características destacadas pelo delegado auxiliou na configuração da imagem lendária do bandoleiro também transmitidas oralmente.

Antes das narrativas de Godói, João Rodrigues Guião, um médico e escritor da região de Ribeirão Preto, já havia publicado um romance compreendendo aspectos da vida e história de Dioguinho. Esse romance foi publicado no formato folhetim no *Correio de Jaú* em meados de 1901. Para os

propósitos desse trabalho, essa obra não é significativa por apresentar uma leitura romanesca envolvendo o personagem e por não ter a intenção de veracidade.

As narrativas de Antônio de Godói também assemelham-se aos folhetins ou mesmo às crônicas policiais¹. Juntamente com as narrativas do também delegado João Amoroso Neto, publicadas no *Correio Paulistano* em 1949, são os textos mais referenciados e talvez tenham sido também os mais lidos, embora hoje sejam extremamente raros. Essas narrativas além de permitirem uma visão particularizada do bandido, foram transformadas, pelos leitores, no “discurso oficial” por serem oriundas de homens da lei.

Por esse prisma, ambas apresentam-se, indiretamente, ao leitor como uma possibilidade de análise criminal realizada por “especialistas” a

1 De acordo com Mariza Romero, apesar de a divulgação de relatos de crimes na Europa remontar ao século XV (*occasionnels*), é no século XIX que esse tipo de literatura ganha um enorme espaço na mídia impressa coincidindo com a crescente industrialização, urbanização (e pauperização) e criminalidade urbana, e também com o aumento geral nos níveis de alfabetização em decorrência da escolarização obrigatória. Nesse período, os exemplos mais contundentes dessa espetacularização da morte e da violência são o francês *Petit Journal* de Polydore Millaud (que durante a cobertura de alguns casos de assassinatos em série chegou a quase seiscentos mil exemplares diários) e, do outro lado do Atlântico, o periódico americano *World* de Joseph Pulitzer que chegou a tiragens de impressionantes oitocentos mil exemplares em 1898. Um pouco mais tarde, na imprensa sensacionalista no Brasil, especialmente as crônicas policiais, já são encontradas no fim do século XIX em jornais paulistas, como o *Diário Popular* (em geral, acusando os imigrantes, mendigos e desocupados pelo aumento da criminalidade) e, mais discretamente, em jornais mais respeitáveis como *O Estado de São Paulo* e *O Correio Paulistano*. Entretanto, essa imprensa sensacionalista só ganha contornos de literatura de massa a partir da década de 1940 quando houve um aumento significativo nos níveis de alfabetização e de urbanização. (ROMERO, 2008, p 105-112 e 115-118).

partir de uma “metodologia” investigativa que pretende relatar apenas a veracidade dos fatos. No primeiro caso, a representação do bandido foi baseada no testemunho de um membro do bando e depois foi “filtrada” pelo delegado que maior autoridade e conhecimento teria sobre o assunto. No segundo caso, quase cinquenta anos depois, outro delegado teve a incumbência de analisar a vida e os crimes de Dioguinho e, para cumprir tal tarefa, ele dispôs-se dos relatos policiais da época, da narrativa de Antônio de Godói e de entrevistas com pessoas “idôneas” que conheceram o bandido e com alguns familiares do mesmo.

Com a intenção de perceber as motivações do delegado e autor Antônio de Godói, analiso nesse artigo a obra *Dioguinho: Narrativa de um cúmplice em dialecto* por mostrar-se paradigmática na construção da imagem popularizada do bandoleiro e por servir de parâmetro à produção de João Amoroso Neto, cuja obra resgatou o personagem e deu abertura para muitas outras produções que se seguiram.

O delegado Antônio de Godói foi o responsável pela diligência enviada à região de Ribeirão Preto para a captura de Diogo da Rocha Figueira em 1897. Seu livro narra a história do personagem e o “sucesso” das buscas policiais. Sucesso que é exaltado, mas que, de certa forma, fracassa diante da “invulnerabilidade” de Dioguinho. Inicialmente, as narrativas, divididas em vinte e oito capítulos, foram publicadas num período de dois meses no jornal *Correio Paulistano* (1902-1903) sob o título “Dioguinho vivo?” e depois foram reunidas em um único volume² que anunciava, na capa, a autoria de João das Mattas, o Curytibano, capanga de Diogo.

Curytibano esteve com o bando

2 Sobre a primeira edição não há informações, a 2ª edição de 1903 pertence à Livraria Central de Ribeirão Preto e a 3ª edição de 1915 (*post mortem*), provavelmente caseira, não indica a cidade em que foi publicada e modifica o nome do autor para Silvestre da Matta.

de Diogo durante os três anos em que mais cometeram crimes. Nenhuma das obras traz informações precisas sobre ele, apenas afirmam que era negro, filho de ex-escravos do Estado de Minas Gerais, que foi preso pouco antes de encontrarem Diogo e que auxiliou nas buscas policiais através de seus depoimentos. Antônio de Godói o entrevistou na prisão (fator que contribui para o caráter de verdade de suas narrativas) pouco antes do encontro de Diogo com a escolta. Na obra de João Garcia, *Dioguinho – matador de punhos de renda*, o Curytibano é descrito de forma bastante idealizada: é um espoliado social, que pelas circunstâncias acabou entrando no bando, mas que não era simplesmente um assassino. Um dos narradores dessa obra chega a apelidá-lo de “anjo negro” (GARCIA, 2002, p. 210).

Antônio de Godói afirma no prefácio que o *Correio Paulistano* encomendou essas narrativas devido à polêmica que causou a prisão de um criminoso em Minas Gerais (1902), o qual muitos acreditavam ser o Dioguinho. Em 1903, havia se passado seis anos que o bandido tinha sido dado como morto, entretanto, a imaginação popular alimentava lendas que desafiavam a versão oficial da polícia, o que motivava os jornais a investirem no tema.

Ao escrever suas narrativas, o delegado considera essa visão popular:

Até hoje não se extinguiu inteiramente, nos sertões do oeste de São Paulo, o terror que por lá espalhára, a custo de muito sangue, o famoso bandido Diogo da Rocha Figueira, o DIOGUINHO. A figura desse homem cruel, exagerada em seus contornos sinistros pela imaginação do povo, ainda percorre misteriosamente os campos e as aldeias tranquilas, infundindo vagas apreensões e despertando sobresaltos. Ninguém o viu com seus próprios olhos, depois do conhecido epílogo das suas façanhas, no rio Mogy-guassú,

mas há sempre quem tenha ouvido a <<alguem>> que o viu, afirmação veemente de que elle ainda vive... (MATTAS, 1903, p. 5).

A fama de Dioguinho, de bandido valente, cruel e invulnerável, se espalhara e a ausência de seu corpo deu margem para todo tipo de crença, principalmente a de que ele havia fugido e a de que voltaria para se vingar daqueles que o tinha traído. Diante de tal lenda, narrativas que recontassem a história do personagem certamente obteriam sucesso de público. Ao ser escrita por Godói, ela teria ainda mais autenticidade por tratar-se de uma pessoa que havia tido contato com toda a preparação e “desfecho” da diligência, que havia escrito os relatórios policiais e entrevistado os capangas presos.

Ainda no prefácio, “antes de dar a palavra a Curytibano”, a quem, ele afirma autoritariamente, “faço falar em toda a narrativa”, Antônio de Godói reitera que

A história que ahi se narra é perfeitamente veridica. Todos os factos e a sequencia delle são inteiramente reaes, e não foi sem trabalho que consegui reunil-os e achar-lhes o fio. De forma que ao menos um merito não se pode negar a este trabalho: o da veracidade (MATTAS, 1903, p. 6).

O compromisso com a verdade é o veículo propulsor da narrativa. A iniciativa de colocar Curytibano como narrador faz parte da concepção de que este teria mais familiaridade para relatar o cotidiano do bando e as práticas criminosas de Dioguinho, no entanto, o discurso que embasa a obra é apenas o do autor. A construção do narrador deixa bastante a desejar. Durante alguns capítulos Curytibano conta os crimes de Diogo e as perambulações do grupo pelo sertão paulista. Após o momento em que ele é preso pela polícia, e Dioguinho foge com o irmão para a Fazenda Santa Eudóxia, sua narrativa acompanha a

escolta, sendo que foi o Joaquim (também capanga de Diogo) quem teve que seguir os policiais e ajudar na caça ao Dioguinho. Há várias lacunas como essa no decorrer da obra e um erro crasso, pois Curytibano não poderia saber a trajetória final realizada nem por Diogo nem pela escolta porque já estava preso. Ademais, há momentos em que o autor se esquece do “dialeto” empregado na escrita e modifica a grafia das palavras que vinha utilizando.

O narrador começa o relato a partir da emboscada contra um ex-delegado de Mato Grosso de Batatais, Zé Venâncio. Esse, de acordo com Selma Siqueira de Carvalho (1988)³, foi um dos últimos crimes cometidos por Dioguinho, sucedido apenas pelo “crime do Cerrado”. O autor deixa de lado a suposta iniciação romântica do personagem no mundo do crime. Não há crimes honrosos, nem atos de Diogo que encorajem uma leitura mais romantizada.

Depois de matar Zé Venâncio e seu companheiro de estrada (o fazendeiro Zé Maia), Diogo e mais dois capangas se puseram em fuga:

Quando sahimos da tocaia, seu Dioguinho foi na frente quebrando o matto, assobiando, até adonde estavam os alimaes, e ganhamos a estrada de Matto Grosso. Seu Diogo parece que vinha da missa, diabo de homem! - alegre que só vendo. Aquilo não havia perdiz que sahisse de ponta de aza que elle não derrubasse. Era só tumba... e terra! Uma hora lá perto de uma bica, onde nós paramos para beber o damnado até acertou num cobre que o Joaquim atirou p'ra o ar! (MATTAS, 1903, p. 10)

A representação de Diogo, nesse trecho, é a de um homem insensível, para o qual nada significava matar dois homens, visto que aparentava

³Socióloga autora da pesquisa Dioguinho: estudo de caso de um bandido paulista (1988).

tranquilidade e até certa beatitude: como quem acaba de vir de uma missa. O narrador destaca a pontaria do bandido e insere uma cena clássica que poderia figurar em qualquer filme de faroeste americano: acertar, com um tiro, uma moeda jogada ao ar.

A insignificância do crime para o bandoleiro é ainda ressaltada quando Curytibano diz que “p'ra ver o que era o tal Dioguinho. Aquillo p'ra elle, fazer uma morte, era mesmo que beber agua” e menciona que ele tinha “carta-branca” para o crime porque “sabia que tinha a costa bem guardada. Eu nunca vi um homem tão protegido!” (MATTAS, 1903, p. 10).

Dioguinho é apresentado como um “homem de veneta”, que ninguém tinha coragem de peitar, um homem protegido por pessoas poderosas, que não tinha pudor de matar; uma pessoa fria que considerava a morte uma banalidade. Essa visão é reforçada quando ocorre a morte de dois capangas de seu bando: Antônio Soldado e Baianinho.

Segundo Curytibano, Baianinho era “a bem dizer a menina dos olhos” de Dioguinho e, no capítulo nove, depois de uma confusão em que Antônio Soldado mata o Baianinho, e Diogo, por não aceitar aquele tipo de desentendimento dentro do bando, atira em Antônio Soldado, a resolução fria de Diogo deixa o narrador estarecido:

Eu fechei os olhos. Quando eu abri a vista foi co' tiro e o Soldado que foi debruço sobre o corpo do Baianinho.

Que havera de ser; era ansim mesmo. Mas êta homem aquelle seu Diogo!

Fresco, sem tremer, elle deu co'a ponta da bota no corpo do Soldado, ansim mode que com um despreso, e disse p'ra um de nós:

- Leva tudo isto p'ra Cravinhos e

digam ao delegado que os dois deram cabo um do outro e que veja lá: si não fizer ansim, digam-lhe que eu lá vou pregar uma bala justinho na bocca.

E foi voltando as costas já enrolando um cigarro, numa indiferença damnada, como si fossem uns cachorros aquelles desgracionados de caboclos!... (MATTAS, 1903, p. 30)

Esse episódio demonstrar a frieza de Dioguinho inclusive para com seus companheiros. O narrador sente uma condolência maior porque se tratava de pessoas de seu grupo, seus colegas, e indigna-se frente à atitude de Diogo em não demonstrar a mínima consideração por aqueles que o seguiam dia a dia. De modo particular, Curytibano se depara com uma cena em que Diogo demonstra o valor que eles, os capangas, tinham para ele: eram como cachorros desgraçados.

A desculpa de que um havia matado o outro, e sua recomendação ao delegado de Cravinhos demonstra o poder que ele tinha sobre as autoridades locais. A rede de relações formada entre agentes da lei (juiz, delegado, cabos) e coronéis fazendeiros era o meio de sustentação de homens como Dioguinho. E como havia essa organização em prol da impunidade, aqueles que eram atingidos pelas ações desse bandoleiro tinham todos os motivos para temer.

Após tentar entender o comportamento criminoso de Diogo, Curytibano comenta um pouco sobre o medo que percorria a população de Cravinhos:

P'ra dizer a verdade, eu não sabia que impaca era aquelle do seu Diogo. O homem parecia mesmo que não tinha coração nas profundezas do peito. Era extrambolico, a mais não poder. A gente via q'a cabeça delle tinha, mal comparando um formigueiro. E aquillo era uma exturdeza; quem lá podia entender um homem assim?

Vancê vá escutando e depois diga si eu não falo a verdade.

Oia, fazia uns par de dias que elle tinha atirado o Soldado. Nos Cravinhos p'ra que dizer? foi um zum-zum feio no povo medroso. Bastava falar no nome de seu Diogo e tudo tinha uns arrepio assim como maleiteiro. A justiça empacou e que mais havia de fazer? Botou terra nas boccas dos defuntos e ficou tudo por isso não que não soubesse que seu Diogo estava alli mesmo no Capão Escuro (MATTAS, 1903, p. 31).

Fica explícita a cumplicidade de que gozava Diogo para suas ações criminosas. Ele tinha o aval de pessoas influentes e de autoridade locais, inclusive, estes eram também criminosos que se escondiam atrás de um valentão que se orgulhava da fama que possuía e do medo que espalhava. Como aponta Maria Sylvania de Carvalho Franco, ser valente era uma condição para a afirmação pessoal onde se confundiam a violência com destemor e virtude (FRANCO, 1997, p. 55).

A última morte realizada por Diogo foi o crime do Cerrado: o espancamento de Balbina e a morte de Arlindo⁴. Ao contar esse episódio, o narrador define seu julgamento acerca da personalidade do bandoleiro caracterizando-o como uma pessoa descontrolada que se comprazia no crime. No momento em que Dioguinho vê o trem que traz Arlindo, Curytibano diz que ele “foi-se levantando, já meio risoho, c'aquelle mesmo riso ruim que elle tinha” (MATTAS, 1903, p. 52). Depois de baleiar o Arlindo, Dioguinho pede a Curytibano a lata de querosene

Eu voltei c'a lata. Seu Diogo estava

com um dos pés pisando o estomago do desgraçado e olhando p'ra cara delle, que revirava os olhos numa careta de quem morre.

Seu Diogo ria e eu vi que elle segurava ainda numa das mãos a franqueira que foi do turco, toda cheia de sangue, até o cabo.

E seu Diogo ria enquanto o sangue ia escorrendo numa banda do peito de seu Arlindo, a cada acalcada que lhe fazia com o pé na barriga.

Depois, o homem estava acabando, seu Diogo tirou o pé de cima delle e me fallou:

Curytibano, meu cabra, derrama kerosene neste porco, quero pelar o bicho, p'ra não ficar carniça aqui nem p'ra urubú.

E eu fui fazendo; que remedio?

E seu Diogo estava rindo, a me falar: - Ensopa, ensopa mais; na cara mesmo, na cabeça, no corpo inteiro.

E o infeliz não tinha feito o derradeiro termo!

E o sangue misturou com o kerosene numa tintura vermelha, que pintou elle todo inteirinho.

Atrás disso seu Diogo riscou um phosphre. Prompto (MATTAS, 1903, p. 55).

A frieza do personagem e sua atitude diante da dor alheia são ressaltadas pela crueza dos detalhes descritos de maneira sensacionalista. O bandido é um celerado que ri enquanto tortura e mata. Essa representação, *grasso modo*, vai de encontro ao leitor curioso e ávido pelas histórias de um bandido famoso e pela atração sádica da dor e da morte, sobretudo, da morte violenta.

Dioguinho. Narrativas de um cúmplice em dialeto traz também representações interessantes sobre o cotidiano do bando, a cultura caipira, a

4 Esse crime foi narrado em quase todas as obras por ter sido o último homicídio praticado por Diogo, porém o nome da vítima era Marciliano Fogueteiro. Provavelmente o autor mudou o nome do personagem em razão da proximidade do crime com a publicação da obra.

prática recorrente de homiziar bandoleiros, o crime por encomenda, a relação de compadrio estabelecida com base no favor e uma exaltação incondicional da escolta organizada para a captura do bandoleiro. Essa última é um dos pontos cruciais que demonstra as particularidades do discurso pretendido pelo delegado Antônio de Godói.

Entre outros elementos de destaque, sobressai a descrição da ação implacável que os soldados, “cabras de estimação”, “pessoal de circunstancia”, “matreiros” que “sabiam armar armadia”, realizam sob o comando do “doutor Godói”, um “homem de resolução”:

Não precisa dizer que vinha mandando o povo o tal seu Godoy, delegado, que pelo retrato delle que um soldado me fez muito depois de passado tudo aquillo, era um mocinho desempenado, do tempo e da praça, com cara de allemão e uns olhinhos vivos meio apertados, mocinho de resolução (MATTAS, 1903, p. 77).

O delegado, enquanto autor da obra, coloca-se como um mocinho com todas as características consideradas de homem “de bem”: decidido, de aparência europeia, enfim, “civilizado”. Um sujeito que se dispôs a ir para uma região interiorana a fim de (re)estabelecer a ordem num lugar onde, por contraste, reina a barbárie. Curytibano fala de Godói como se apenas o tivesse conhecido de ouvir falar, não mencionando as entrevistas que cedeu ao delegado enquanto esteve preso. Apesar de tal deslize reduzir ainda mais a qualidade das narrativas, ele intenciona demonstrar que a fama do delegado se propagava de boca a boca, principalmente entre os mais populares.

Marcelo Martins (2013) discute em sua tese o conceito de “civilização do delegado” e demonstra como a ida para uma missão no interior representava um “rito de passagem” para esses oficiais. Tal exercício carregava uma série de

simbologia, inclusive a ideia de que o ofício era o de civilizar, repelindo o estado de selvageria em que cotidianamente vivia-se nesses lugares isolados. Nas palavras do historiador,

O crime aparece como uma marca, uma nódoa do sertão. Os jornais da Capital descreviam os assassinatos ocorridos no interior de São Paulo como os mais violentos e repugnantes, alimentando o imaginário dos leitores com bandidos sanguinários e figuras tenebrosas chamadas pela grande imprensa de “facinorosos”. Saídos dos bancos da faculdade de direito, os delegados seguiam para o interior como se estivessem levando para a parte mais atrasada da sociedade a prevalência de lei sobre o mandonismo local, ou seja, a própria essência do Estado moderno. De fato, o cenário rural, cercado de ameaças e assassinatos por encomenda, acabou por nutrir um espírito de corpo entre os delegados que se colocavam como imbuídos de uma “missão civilizadora” (MARTINS, 2013, p. 83).

A narrativa de Godói está inserida nesse contexto em que a polícia de carreira ainda não havia sido constituída e que o delegado era indicado por chefes políticos locais ou pelo PRP (Partido Republicano Paulista) e respondiam aos interesses dos ricos produtores de café. Com o governo de Campos Sales (1898-1902), Cardoso de Almeida foi nomeado para secretário da justiça e propôs iniciativas que contribuíam para a modernização do aparelho policial, cujo modelo seguia a polícia francesa e inglesa, sociedades consideradas sinônimos de civilização (MARTINS, 2013, p. 41).

Antônio de Godói foi o delegado indicado para chefe de polícia por Cardoso de Almeida. De acordo com Martins, ele foi um dos maiores defensores da profissionalização da polícia, da adoção de um método

investigativo baseado na criminologia europeia e nos preceitos da polícia científica (MARTINS, 2013, p. 42). Tal nomeação ocorreu por volta do ano de 1903/1904, época em que as narrativas foram publicadas no *Correio Paulistano* e, em seguida, reunidas em livro.

Em *Dioguinho. Narrativa de um cúmplice em dialecto*, a exaltação da iniciativa do “doutor Godói” é essencial para se compreender a estrutura sob a qual a obra é construída: o bem *versus* o mal, a civilização *versus* a barbárie, a cidade *versus* o campo, o progresso *versus* o atraso, entre outras dicotomias semelhantes que podem ser pensadas a partir do mote principal de o mocinho *versus* o bandido.

Nesse âmbito, há um episódio interessante que ilustra o momento em que a escolta chega a uma casa suspeita, isolada no meio do mato, e a atitude de um dos soldados serve ao personagem Joaquim (ex-capanga de Diogo que auxiliava os policiais na captura ao bandido) como comparação em relação ao que ele considerava como valentia:

Seu doutor mandou derrubar a porta abaixo, o homem não abria mesmo.

Um daquelles cuéras de S. Paulo, cabra memo de tutano, só disse ansim p'ra seu doutor, com sua licença, e foi fastando p'ra trás, p'ra trás e de repente frechou p'ra porta, lascando a cabeça e os hombros na foia da dita, que veio abaixo com um baruião. Sojeito de merecimento o tal soldado!

O Joaquim quando viu aquillo ficou sabendo com quem tratava e que pela primeira vez o negro ficou com vergonha das bravuras de força que elle andou fazendo. Isso, afinal, não era nada em comparação do que o diabo do soldado fez. O homem tafuiou p'ra casa à dentro, no escuro, veja bem, no escuro, em termo de levar u'a carga de chumbo memo na cara ou de ir espetar o buxo nalguma faca.

E isso tambem não foi nada ainda. O bonito é que, não demorou nada, aquelle desaforado do soldado voltava p'ra fóra, trazendo na frente aos soccalão, seguro pelo peito, um homem que atôa queria fincar pé (MATTAS, 1903, p. 85-86).

O homem que retiraram a força de dentro da casa e que espancaram antes de saber quem era, não era o Dioguinho. Todo esse ato demonstra o poder exercido pela escolta policial que pretendia impor autoridade com sua presença e ação repressora sob os demais segmentos sociais, inclusive sob pessoas que não estavam envolvidas na questão, como era o caso desse homem que, por não querer abrir a porta, teve a casa invadida.

O caso mostra não apenas a arbitrariedade e a violência da polícia, mas também o quanto isso era naturalizado e aceito como um comportamento legítimo. A narrativa que prevalece é, por incrível que pareça, a da valentia do soldado responsável por essa ação. O nível de marginalização e barbarismo atribuído aos sertanejos é tamanho a ponto de simplesmente soar como normal a sua exclusão de qualquer direito ou cidadania simbolizando a submissão completa do “selvagem interior” perante a “civilizada capital”.

A narrativa que finaliza a obra de Godói parece, a princípio, render certa homenagem a Diogo com um final de forte apelo popular que revela um Dioguinho invulnerável:

A canôa tomou rumo da margem opposta, vencendo a correnteza.

Nisto, um soldado da escolta lembrou-se que tinha se esquecido de engatilhar a carabina e, fazendo isso, seu Diogo ouviu o tréc, tréc do cão que alevantava, descofiou, poz-se em pé na canôa e abriu o peito mostrando um bentinho.

Foi hora

A escolta disparou uma descarga cerrada. Só sei Joãozinho cahiu morto n'agua, que seu Diogo, em pé, benzia-se, fazendo o signal da cruz. A canôa, sem governo, foi descendo o rio de mansinho. A fusilaria roncava e a gente só via o barui das balas que batiam no peito de seu Diogo e cahiam no rio – plof! plof! plof! Viram que bala não pegava no homem, mas foram seguindo, os da escolta, acompanhando a canôa pela margem e disparando, sempre, à queima-roupa, cada tiro que parecia uma roqueira; mas seu Diogo continuava em pé, sereno, sem um tremor de corpo, a bemzer-se e a fazer o signal da cruz, a mode que como uma figura malina.

Nisto as aguas do Mogy encresparam-se, numa barueira. Um trovão reboou feio pelo espaço. As descargas succediam-se. Rabearam relampagos e foi desabando o temporal.

[...]

Os soldados da escolta, dando a ultima descarga, mal tiveram tempo de fugir perseguidos de perto pela inundação que crescia sempre, num escachoeiramento medonho de tormenta.

E só, lá no rio, como um mandingueiro, em pé sobre a cânoa, com o peito descoberto onde se via o bentinho sagrado, e a cabeça rodeada de relampagos, Dioguinho fantastico e sobrehumano, fugia levado pelo impeto da torrente...

O cadaver de seu Joãozinho, meio corpo fóra d'agua, escoltava a canôa, balouçando a cabeça ensanguentada, sinistramente.

E desapareceram (MATTAS, 1903, p. 111).

Esse final épico e sobrenatural é uma recriação particular de Antônio de

Godói porque não aparece em nenhuma outra produção acerca de Dioguinho. Se considerado o compromisso que o autor havia assumido com a “verdade”, pode-se pensar então que, nesse momento, ele “adere” abertamente a uma “perspectiva ficcional” para narrar o episódio insólito da invulnerabilidade do bandoleiro.

A leitura particular do autor foi moldada por seus interesses e por suas idiosincrasias. Patt Garret, delegado que matou Billy the Kid e escreveu a obra que se tornou a principal sobre esse bandoleiro, tinha também o objetivo de corrigir falsas informações, de destacar as virtudes do *cowboy* norte-americano e relatar a verdade “num inglês inteligível” e “sem exageros” (GARRET, 2011, p. 26), no entanto, produziu o livro que mais auxiliou na construção da lenda e do mito em torno de Billy the Kid devido ao acentuado valor que ele atribuiu às práticas criminosas do bandido e às fugas mirabolantes, as quais visavam propositamente, assim como na obra de Godói, engrandecer o perseguidor.

Nesse epílogo das façanhas de Dioguinho, é possível pensar, num primeiro momento, que o autor aderiu à ideia de criar uma história bem ao gosto popular aproveitando-se das lendas (sobre a hipótese de Dioguinho estar vivo) que ainda circulavam. Sem excluir essa hipótese, tal desfecho também pode ser entendido como o ápice da posição conservadora, conformista e derrotista do delegado, segundo a qual não adiantaria o preparo e o poder das escoltas enviadas ao sertão paulista que a barbárie não seria extirpada, pelo contrário, continuaria lá com seu domínio sobre a população inculta e incivilizada, resistindo a qualquer tentativa de mudança.

Não se pode esquecer que o narrador é o Curytibano, sujeito ignorante que acreditava em um Dioguinho “asseparado”, místico. Nesse âmbito, a intenção do autor talvez tenha sido a de ridicularizar aquela sociedade com suas gabarolices e seus habitantes

ingênuos e supersticiosos que ainda acreditavam em eventos sobrenaturais dessa ordem.

É difícil propor acertadamente o objetivo de Antônio de Godói devido ao problema de se saber quem, de fato, está narrando. No entanto, as hipóteses mencionadas corroboram para a construção de um Dioguinho perverso, sádico, selvagem, louco e inatingível, de uma sociedade supersticiosa e de uma polícia que, apesar de preparada, não conseguiria incutir a “ordem” e o “bom senso” devido ao estágio acentuado de atraso daqueles núcleos urbanos do interior paulista.

Sem preocupar-se com uma escrita mais aprimorada, Antônio de Godói insere um narrador que, sendo membro do bando de Dioguinho e não tendo nada a perder, revela tudo sobre o personagem. João das Mattas (Curytibano) representaria a crença e as histórias populares existentes sobre o bandido. Ele narra alguns dos crimes, a louvada perseguição policial e o misterioso “fim” do personagem. A ideologia que perpassa a narrativa é bem clara ao retomar a dicotomia entre sertão e cidade enquanto barbárie *versus* civilização. Ao apresentar um narrador que acredita na invulnerabilidade de Dioguinho, o discurso de Godói envereda-se por uma visão pessimista que considerava a ignorância e a superstição que reinava nas regiões isoladas do sertão paulista como entraves para o progresso e para a tão sonhada civilização. “Dioguinho vivo?” é a pergunta que intitula as narrativas do delegado publicadas no *Correio Paulistano*. A dúvida relativa à existência do temido bandoleiro, aliada ao épico final narrado por Curytibano, metaforiza a concepção do autor de que apesar das tentativas “civilizatórias”, continuavam vivas as credences populares e o atraso dos sertanejos.

A narrativa de Godói, assim como as outras sobre o bandido

Dioguinho, são unânimes em revelar a trajetória de um facínora sanguinário e em camuflar convenientemente os seus cúmplices (os mandantes e os protetores), o descaso do governo, o preconceito social e xenofóbico e o despreparo do aparelho policial.

O “resgate” do personagem em 1949 foi crucial para as releituras produzidas nas décadas seguintes, as quais tiveram como ponto de partida as narrativas de João Amoroso Netto, mas incluíram elementos que ressignificaram a figura do bandoleiro. Pensado nesse aspecto, essas três primeiras obras (em menor instância a de João Rodrigues Guião) elaboraram os principais parâmetros para as representações que se seguiram, já que a imagem predominante nessas narrativas impressas destoava do Dioguinho que, de acordo com Selma Carvalho (1988), figura nos autos dos processos. O personagem foi “editado” para figurar nos jornais e seus contornos básicos transformaram-se em pretexto para essas narrativas que geraram um personagem a partir de histórias oriundas da oralidade, porém filtradas por ideologias e idiosincrasias. De qualquer forma, essas narrativas são relevantes para se compreender as variadas interpretações e usos que a figura de Dioguinho recebeu, as quais acabaram por marcá-lo, em alguns pontos, definitivamente.

Referências

AMOROSO NETTO, João. **História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira mais conhecido pelo cognome de Dioguinho**. São Paulo: Gráfica da rua do Hipódromo, 1949.

CARVALHO, Selma Siqueira. **Dioguinho: estudo de caso de um bandido paulista**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GARCIA, João. **Dioguinho. O matador de punhos de renda**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

GARRET, Pat. **Billy the Kid**. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 2011

GUIÃO, João Rodrigues. **Dioguinho**: romance. São Paulo: Editora: ao Autor, 1954.

MATTAS, João das. **Dioguinho**: narrativa de um cúmplice em dialecto. Ribeirão Preto: Livraria Central, 1903.

MARTINS, Marcelo Tadeu Quintanilha. **A**

civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: [Tese de doutorado em História]. USP, 2013.

ROMERO, Mariza. **Inúteis e perigosos**: o “Diário da Noite” e a representação das classes populares, São Paulo (1950-1960). São Paulo: [Tese de doutorado em História], PUC-SP, 2008.